

O PROCESSO INCLUSIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: O OLHAR DOS COORDENADORES DE CURSO

Marily Oliveira Barbosa (UFAL- CNPq)

marilyed@hotmail.com

Neiza de Lourdes Frederico Fumes (UFAL-CEDU)

neizaf@uol.com.br

RESUMO

No contexto das Instituições de Ensino Superior é visível o aumento do número de estudantes que adentram nas universidades, dentre eles os alunos que apresentam alguma deficiência (auditiva, física, entre outras). Sendo assim, buscamos identificar as IES de Maceió que apresentem em seu corpo docente alunos/as com alguma deficiência e descrever as condições de inclusão, segundo o ponto de vista do/a coordenador/a de curso. Este estudo é de natureza qualitativa e envolveu 5 coordenadores de 3 IES. Os resultados mostraram que os entrevistados não tiveram qualquer disciplina sobre educação especial. Todos eles foram unânimes em afirmar que eram favoráveis à inclusão na instituição em que trabalhavam, mas ressaltaram a dificuldade de efetivar essa ação. Quanto à presença dos alunos com deficiência na sua instituição, todos mencionaram a importância deles nesse nível de ensino. Pudemos concluir que a inclusão encontra-se em processo de construção nas instituições pesquisadas, ainda que o ingresso de alunos com deficiência nas IES da cidade de Maceió já seja uma realidade.

Palavras-chave: inclusão, coordenadores, alunos com deficiência.

INTRODUÇÃO

No Brasil, diversos documentos legais foram aprovados para favorecer a educação de qualidade para as pessoas com deficiência. Dentre esses, destacamos a Constituição Federal, por ser a lei maior do nosso país, que em seu Art. 205, garante que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 1988).

Essa preocupação em garantir a educação para todos repercute na LDBEN 9394/1996, que estabeleceu no seu artigo 59 que os sistemas de ensino deverão assegurar para esses alunos “currículos, métodos, recursos educativos e organização específica, bem como professores com especialização adequada para atendimento especializado”. Ainda no seu artigo 13, é definido que os docentes deverão se incumbir

de “zelar pela aprendizagem dos seus alunos”, independente de suas necessidades, facilitando assim que a inclusão se firme dentro da instituição de ensino.

Ainda como subsídio, temos a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência de 2007, homologada pelo decreto nº 6949/2009, no seu artigo 24º, citou a capacitação profissional deverá ocorrer: “em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, técnicas, materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência”.

Este mesmo Decreto assegura o direito às pessoas com deficiência ao ensino superior em geral, sem qualquer tipo de preconceito e em igualdade de condição com os demais alunos, sendo auxiliados em todas as suas necessidades educacionais, inclusive com medidas de apoio individualizada favorecendo assim um completo desenvolvimento acadêmico e social.

Todavia, as leis não são suficientes para garantir a educação da pessoa com deficiência. Fortes e Martins (2007) salientam que a inclusão necessita promover a quebra de certos estereótipos, paradigmas, construindo uma convivência baseada no respeito à diversidade e à pluralidade de idéias, na cooperação e na socialização de todos pertencentes à comunidade acadêmica da IES.

De acordo com INEP (2009), a cidade de Maceió possui 17 instituições de ensino superior (IES). Mais especificamente, duas são universidades, um centro integrado e catorze faculdades.

Segundo o mesmo órgão, existem diversos alunos matriculados no ensino superior com deficiência, quer seja esta física, auditiva, visual, baixa visão, surdocegueira, deficiência múltipla, intelectual, altas habilidades ou transtornos globais do desenvolvimento.

O mesmo órgão aponta que em Alagoas, no ano de 2007 havia 46 alunos com deficiência regularmente matriculados, sendo que o maior número era de alunos com deficiência física. Quanto a isso, Ferrari e Sekkel(2007) salientam que os alunos com deficiência regularmente matriculados tem aumentado ano após ano nos cursos de graduação e estes tem tido a necessidade de um acompanhamento mais de perto, por parte da instituição.

Nesse cenário, uma figura importantíssima é o gestor e/ou coordenador de curso na estrutura das instituições de ensino superior. Segundo Marquesin, Penteadó e Baptista (2008), o coordenador, além de coordenar o curso, auxilia na transformação,

organização do tempo, espaço, rotina e tarefas da instituição, visando à obtenção da eficiência educativa. O coordenador também auxilia na execução de ações transformadoras na gestão de serviços e recursos pedagógicos, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do processo de ensino aprendizagem, processo este que tem a função primordial no que diz respeito à ações inclusivas que beneficiem a todos os alunos.

Quanto a isso, cabe ao coordenador de curso lidar com os alunos e ter conhecimento sobre as suas necessidades, uma vez que todo aluno é um ser humano biopsicosociocultural singular e único. Ferreira (2007) diz que ao respeito do universitário com deficiência, a instituição junto com a coordenação deve oferecer acompanhamento e adequação de recursos que auxiliem na inclusão e favoreçam as condições para o acesso ao ensino aprendizagem voltado para cada aluno, proporcionando meios para a sua permanência, diminuindo assim as dificuldades ligadas a sua deficiência.

Sendo assim, buscamos identificar as instituições de ensino superior da cidade de Maceió que apresentem em seu corpo discente alunos/as com alguma deficiência regularmente matriculados e descrever as condições de inclusão na IES, segundo o ponto de vista do/a gestor/a e/ou coordenador/a de curso.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa, uma vez que se preocupou com uma realidade que não pode ser quantificada, trabalhando com a subjetividade dos participantes, em particular com as suas atitudes, valores, crenças, e buscando compreender as suas respostas de forma a tornar o problema mais explícito (COSTA, 2001).

O instrumento escolhido foi a entrevista semi-estruturada que contém perguntas abertas e fechadas. Segundo Boni e Quaresma (2005), o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas e o faz em um contexto semelhante ao de uma conversa informal, podendo intervir durante a entrevista, com perguntas adicionais, tentando obter as respostas ao questionamento proposto.

Para tratar sobre essa realidade foram convidados/as os/as coordenadores de cursos de graduação das IES da cidade de Maceió que em seu corpo discente existia alunos/as com deficiência, após as instituições terem aceitado tomar parte da pesquisa.

Designadamente, participaram 5 coordenadores/as de 3 IES, como pode ser observado no quadro 1.

Todos os participantes foram entrevistados individualmente no ambiente de trabalho e suas entrevistas foram gravadas em mp4 e a seguir transcritas e devolvidas para conferência. As alterações puderam ser realizadas pelos entrevistados, caso considerassem necessário.

INSTITUIÇÃO	COORDENADORES	GRADUAÇÃO	ALUNOS	DEFICIÊNCIA
1 (privada)	Anelise (Licenciaturas)	Mestrado	Ana	Intelectual
			Davi	Intelectual
	Beatriz (Jornalismo)	Mestrado	Endrigo	Física
2 (privada)	Carleane (Direito)	Especialização	Beto	Física
			Carlos	Física
	Deci (Ciências Contábeis)	Mestrado	Janelúcia	Física
			Luis	Física
3 (privada)	Edvaldo (Educação Física)	Mestrado	Fábio	Auditiva
			Gilmar	Auditiva

Quadro 1: Características dos/as participantes da pesquisa¹

Para a análise dos *corpus*, empregamos a análise de conteúdo de Bardin (2000), que possibilitou o reconhecimento das categorias: a percepção do coordenador sobre a inclusão na IES; a visão dos coordenadores sobre a formação continuada dos professores e desdobramentos da inclusão de pessoas com deficiência no cotidiano da IES.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Começamos a apresentação dos resultados, com a descrição de algumas características dos participantes da pesquisa.

Os coordenadores participantes da pesquisa possuíam entre um ano e meio de coordenação até sete anos e apenas um dos entrevistados era do sexo masculino. Todos eles já haviam tido anteriormente experiência com pessoas com deficiência, ainda que tenham ressaltado que não tinham preparo para lidar com este tipo de aluno. A ampla maioria tinha apenas formação na sua área de atuação e durante sua formação em nível de graduação e especialização não tiveram qualquer disciplina sobre educação voltada para diversidade, educação especial ou outra similar. Apenas uma coordenadora cursou

¹ Todos os nomes mencionados neste artigo são fictícios.

uma disciplina que tratava sobre inclusão, mas relatou que não se sentia preparada para atuar com estes alunos.

Em grande parte, os entrevistados possuíam formação em nível de mestrado, em suas áreas de atuação, excetuando um entrevistado que era especialista. Todos acumulavam a função de coordenador com a de docente.

A percepção dos coordenadores sobre a inclusão na IES

Todos os coordenadores foram unânimes em afirmar que eram favoráveis à inclusão na instituição em que trabalhavam, mas ressaltaram a dificuldade de efetivar essa ação. A coordenadora Anelise disse que: “É um processo doloroso, muito difícil, até porque isso vem de um âmbito muito maior que é o âmbito social, mas a gente tem tentado quebrar essas barreiras aqui na instituição”.

A coordenadora Carleane indicou ainda que:

Do ponto de vista estrutural houve uma reformulação, uma reestruturação para permitir o acesso dos portadores de deficiência em todos os locais da faculdade, auditório, biblioteca, onde tinha problema nos reestruturamos, desse ponto de vista estrutural. Do ponto de vista intelectual, nós já tivemos a participação no congresso de direito público alagoano onde um painel todo ele tratava, debatia sobre o tema da inclusão. Agora aqui dentro da estrutura mesmo, nós nunca viabilizamos nenhum seminário específico sobre o tema.

O coordenador Edvaldo falou sobre a inclusão em relação a um dos alunos com deficiência:

Aqui na instituição a gente teve a inclusão de um único aluno que tem deficiência auditiva e esse aluno no começo sofreu algum problema, mas [...] a gente tentou de várias maneiras, conversando com vários professores, trazendo uma pessoa para fazer a tradução para ele em Libras. A gente tentou deixar ele o mais tranquilo, e o mais familiarizado possível, em relação à sua vivência aqui dentro da instituição, hoje ele já tramita normal.

Destes recortes fica evidenciado que coordenadores e professores tem papel de facilitador no que se refere à inclusão dentro da IES. Oliveira, Fogli e Silva Filho (2006) consideram que educadores devem a todo momento e em qualquer espaço, sensibilizar as pessoas, no sentido de promover a melhoria da qualidade de vida daqueles que necessitam de uma maior atenção, compreendendo-os, bem como atendendo às suas expectativas, visando principalmente sua total inclusão social e propiciando-lhe o exercício participativo de sua cidadania. Sendo assim, a inclusão dentro da instituição de ensino é algo que perpassa a figura dos professores, coordenadores e toda a comunidade acadêmica.

Visão dos coordenadores sobre a formação continuada dos professores

Quando foram perguntados aos coordenadores sobre a análise que eles faziam quanto à formação continuada dos professores do seu curso em relação ao atendimento das necessidades dos alunos com deficiência em sua sala de aula, estes salientaram que é indispensável um preparo melhor por parte dos professores. O coordenador E indicou que: “[...] eu não fui preparado para isso na minha graduação e muito poucas pessoas estão fazendo esse trabalho de preparação, mesmo na graduação com disciplinas específicas, poucas pessoas saem preparadas do jeito que deveriam para trabalhar com estas pessoas ditas excluídas da sociedade.” Quanto à falta de formação, a coordenadora A falou que:

Vem correndo atrás dessa formação, assim em pequenas reuniões, encontros em sala de aula e ofertas de seminários que discutam exatamente isso. [...] o olhar é tão às vezes protecionista, ou então de dor, de pena, que você termina excluindo aquele que não deveria estar sendo nem incluído, ele já deveria fazer parte desse contexto.

Construir culturas de inclusão nos seios das experiências dos professores requer o respeito e a compreensão desta diversidade garantindo o aumento da participação, sendo necessária a aprendizagem de todos através da participação ativa como sujeitos da inclusão. O professor pode encontrar as estratégias a cada tipo de situação de problemas, evitando assim excluir os alunos que apresentam diferentes ritmos de aprendizagem tendo em vista que a ação pedagógica exige novos sentidos para sua prática e influência no alcance dos objetivos e dos ideais de inclusão e educação (SALGADO, 2006).

Correia e Moreira (2007) indicam que professores com dificuldades em superar perspectivas excludentes e segregacionistas, apesar de que existe uma parcela destes que estão dispostos e comprometidos com o direito de inclusão de todos e para todos. Com isso, vemos claramente na fala do coordenador E que: “no começo foi mais difícil. Tem professores que aceitam de uma forma mais tranquila e até professores que não aceitam tão tranquilo assim. Hoje já foi conscientizado, trabalhado, trouxemos pessoas para conversar com esses professores”.

Sobre isso, Vitalino (2007, p. 403) cita que “ainda temos professores que apresentam resistência para realizar as adaptações necessárias ao processo de aprendizagem de alunos com deficiência”, até porque o pressuposto institucional é de que o profissional que domina a sua área relacionada à disciplina, possui em si

competência suficiente para se tornar um docente de qualidade (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

Existe a necessidade de que os alunos com deficiência sejam vistos como parte integrante da comunidade acadêmica, e o professor universitário deve atuar na construção de todas as formas possíveis, buscando no decorrer do processo educacional, minimizar o processo de exclusão, maximizar a participação do aluno dentro do processo educativo e produzir uma educação para todos, levando em consideração quaisquer que sejam as origens e barreiras para o processo de aprendizagem (SANTOS, 2006). A coordenadora B tratou sobre isso quando em sua fala menciona que:

Cada professor acaba atuando um pouco com a sua sensibilidade também, mas nós professores procuramos sempre aglutinar a cada período uma conversa com os professores, para saber como foi o período anterior, como está sendo, sempre tentando acompanhar os alunos, juntamente com os professores nos seus cotidianos.

Através desta fala percebemos que existe a necessidade de que a instituição ofereça mais do que conversas para saber como andam os alunos, mas também que proporcione ações voltadas para a formação continuada dos professores, enfocando estratégias para lidar com os alunos com deficiência no contexto inclusivo. Vitalino (2007) menciona que as IES deveriam oferecer para seus professores formação continuada facilitando sua atuação frente à diversidade do alunado. A inclusão depende da capacidade de seus professores de promover a aprendizagem e participação de seu alunado, imprimindo características mais ética, político-social e menos técnica, comprometida com as mudanças do contexto atual.

Desdobramentos da inclusão de pessoas com deficiência no cotidiano da IES

Quando os coordenadores foram questionados a respeito da presença do aluno com deficiência na sua instituição, todos mencionaram a importância da presença deles nesse nível de ensino e destacaram a importância desse ingresso para a pessoa com deficiência em geral. A coordenadora Beatriz disse: “Eu acho que eles [as pessoas com deficiência] já deveriam ter chegado há muito tempo. Acho que ainda tem muita gente que se esconde em casa e que devia fazer o que eles fazem: enfrentar as dificuldades que eles tem”.

Quanto aos benefícios relacionados ao ingresso desses alunos na educação superior, Martins (2007, p. 9) afirma que “o processo de inclusão ajuda a reconstruir a

estima, o respeito e a valorização das pessoas, facilita a instalação de um sistema de valores capaz de recriar a solidariedade entre os seres humanos”.

Os entrevistados também foram unânimes em afirmar das qualidades da presença destes alunos e dos benefícios que eles trouxeram para a comunidade acadêmica. A Coordenadora Carleane ressaltou que: “Eu acho ótimo, porque eu acho que é um estímulo para nossos alunos perceberem como conviver com o diferente e se preparar para um mundo de pessoas desiguais”. O coordenador Edvaldo mencionou que:

Eu acredito que para os alunos [em geral] a presença desse aluno [com deficiência] representa um benefício em relação a eles, para entenderem de uma forma mais clara como é que é o grupo de trabalho que eles vão encontrar lá fora, a dificuldade que vai encontrar fora da graduação. Eu acho que isso facilita um pouco.

De acordo com Silva e Martins (2007), a inclusão é benéfica para todas as pessoas que convivem com os educandos que apresentem alguma deficiência, pois propiciam desafios, reflexões, aprendizado relevante, interações e trocas significativas. Em geral, os alunos desenvolvem amizades, aprendem a trabalhar em grupo, aprendem a compreender, a respeitar, a conviver com as semelhanças e as diferenças individuais de seus pares, além de ser uma troca significativa para os dois lados. Assim como os alunos considerados normais servem como modelo positivo para alunos que apresentam deficiência, estes servem de exemplo de motivação quanto à superação dos problemas advindos das suas deficiências.

Podemos verificar que a convivência com as pessoas com deficiência faz com que diversos sentimentos venham à tona, inclusive oportuniza a revisão de concepções antigas sobre a deficiência, fazendo com que não sejam mais percebidas como “coitadinhas” ou como alguém merecedor de caridade, mas sim como um participante ativo da sociedade.

Sendo assim, Fortes e Martins (2007) menciona que o contato com o aluno com deficiência proporciona, mesmo que lentamente, uma mudança com relação à maneira de agir e com o passar do tempo passam a respeitá-las, enquanto sujeitos únicos e participantes de um ambiente universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que os coordenadores consideravam que a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior era benéfica tanto para os alunos com deficiência, como também para os alunos que não as possuem.

A inclusão propriamente dita encontra-se em processo de construção no ambiente de ensino superior nas instituições pesquisadas, ainda que o ingresso de alunos com deficiência nas instituições de ensino superior na cidade de Maceió já seja uma realidade. Há ainda a necessidade de mais investimentos no desenvolvimento de um ambiente inclusivo e na formação continuada para os professores universitários.

No entanto, vale salientar que há iniciativas por parte das IES para efetivar a inclusão dos alunos com deficiência, como eliminação das barreiras arquitetônicas, a contratação de intérpretes de Libras para alunos com surdez, a oferta de cursos e a realização de conversas com os professores sobre a diversidade do alunado. Tais iniciativas mostram o esforço dessas instituições para serem consideradas instituições inclusivas e preparadas para receber todo tipo de alunado.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. N. O coordenador pedagógico como agente para a inclusão. IN: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão e educação: culturas políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2000.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho/2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.al.ma.gov.br/arquivos/CON1988.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2010.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, 25 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 30 de maio de 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 11 de maio de 2009.

BRASIL. MEC/INEP. Censo de 2000 a 2007 de alunos portadores de necessidades especiais nos cursos de graduação e seqüenciais- presenciais e a distância na educação superior. Recebido via e-mail de Maria das Dores, dis@inep.gov.br - dora@inep.gov.br, em 23 de jul de 2009

- CORREIA, G. B.; MOREIRA, L. C **Transformando “nós em laços”**: percalços e vicissitudes da Inclusão na Universidade Federal do Paraná,. In: 16º COLE (Anais), v. 01. pp. 01-10. Campinas: Unicamp, 2007.
- COSTA, Marco Antonio F. da. **Metodologia da pesquisa**: conceitos e técnicas. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- FERRARI, M. L. D.; SEKKEL, M. C. **Educação Inclusiva no Ensino Superior**: Um Novo Desafio. *Psicol. cienc. prof.* v.27. n.4. pp.636-647, Brasília, 2007.
- FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 13, n.1, p.43-60, 2007.
- FORTES, V. G. G. F.; MARTINS, L. A. R. O curso de filosofia da UFRN diante da inclusão da pessoas com deficiência visual: um estudo de caso. IN: MARTINS, L. A. R. et al. **Educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais**: desafios e perspectivas. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- MARQUESIM, D. F. B; PENTEADO, A. F; BAPTISTA, D. C. O coordenador de curso da instituição de ensino superior: atribuições e expectativas. *Revista de Educação*. Vol. XI, Nº. 12, p. 7-21. Ano 2008.
- MARTINS, L. A. R. et al. **Educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais**: desafios e perspectivas. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- OLIVEIRA, M. M. N. S.; FOGLI, B. F. C. S.; SILVA FILHO, L. F. Comunicar para viver ou viver para comunicar? Direito mais que natural de qualquer cidadão. IN: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. **Inclusão e educação**: culturas políticas e práticas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006
- PIMENTA, S. G; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002
- SALGADO, S. S. Inclusão e processos de formação in **Inclusão e educação: culturas políticas e práticas**. 2 ed.São Paulo: Cortez, 2006
- SANTOS, J. M. F. **Dimensões e diálogos de exclusão**: um caminho para a inclusão in **Inclusão e educação: culturas políticas e práticas**. 2.ed.São Paulo:Cortez, 2006
- SILVA, K. S. B. P.; MARTINS, L. A. R. Classes regulares: ambientes de enriquecimento humano frente à diversidade? IN: MARTINS, L. A. R. et al. **Educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais**: desafios e perspectivas. João Pessoa: Universitária, 2007.
- VITALINO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. 2007, vol.13, n.3